

Ciranda I Holding 2 S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações de resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Ciranda I Holding 2 S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ciranda I Holding 2 S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ciranda I Holding 2 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Venda de Energia Elétrica

Veja as notas 3.17 e 15 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita de Venda de Energia Elétrica no montante de R\$ 64.833 mil, conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras consolidadas. As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de comercialização e fornecimento de energia elétrica fotovoltaica. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos firmados com os clientes e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem que haja o cumprimento da obrigação de desempenho.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação das políticas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; – Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de venda de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia comercializado, bem como o período de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de venda de energia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

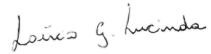
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Ciranda I Holding 2 S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

[]

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.585	10.704	176	190
Contas a receber	6	5.796	5.876	-	-
Imposto a recuperar		1.051	1.051	4	2
Contas a receber de partes relacionadas	7	-	558	-	-
Dividendos a receber		-	-	1.143	1.143
Outros ativos		441	444	-	-
Total do ativo circulante		14.873	18.633	1.323	1.335
Realizável a longo prazo					
Outros ativos		3.241	3.248	-	-
Total do realizável a longo prazo		3.241	3.248	-	-
Ativo não circulante					
Investimento em controladas	9	-	-	456.335	503.207
Imobilizado	10	751.761	797.124	-	-
Total do ativo não circulante		755.002	800.462	456.335	503.207
Total do ativo		769.875	819.005	457.658	504.542
Passivo					
Fornecedores e outras contas pagar	11	9.110	9.682	-	-
Dividendos a pagar		1.119	1.119	1.119	1.119
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	589	1.605	1	-
Outros impostos a recolher		873	346	1	-
Contas a pagar de partes relacionadas	7	1.639	-	-	-
Debêntures	13	39.098	13.493	-	-
Total do passivo circulante		52.428	26.245	1.121	1.119
Passivo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social a recolher		92	-	-	-
Debêntures	13	255.968	284.912	-	-
Provisão para desmontagem da Central Solar		4.850	4.425	-	-
Total do passivo não circulante		260.910	289.337	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	14.1	594.199	579.708	594.199	579.708
Prejuízos acumulados		(137.662)	(76.285)	(137.662)	(76.285)
Total do patrimônio líquido		456.537	503.423	456.537	503.423
Total do passivo e do patrimônio líquido		769.875	819.005	457.658	504.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ciranda I Holding 2 S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	15	64.833	65.224	-	-
Custo dos serviços	16	(79.816)	(70.073)	-	-
Prejuízo/Lucro bruto		(14.983)	(4.849)	-	-
Despesas gerais e administrativas	17	(1.962)	(1.664)	(3)	(128)
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas e impostos		(16.945)	(6.513)	(3)	(128)
Receitas financeiras	18	183	693	14	27
Despesas financeiras	18	(42.472)	(53.511)	(3)	(12.077)
Resultado financeiro		(42.289)	(52.818)	11	(12.050)
Resultado de equivalência patrimonial	9	-	-	(61.383)	(49.154)
Resultado antes dos impostos		(59.234)	(59.331)	(61.375)	(61.332)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.1	(2.143)	(2.001)	(2)	-
Prejuízo do exercício		(61.377)	(61.332)	(61.377)	(61.332)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ciranda I Holding 2 S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(61.377)	(61.332)	(61.377)	(61.332)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(61.377)	(61.332)	(61.377)	(61.332)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ciranda I Holding 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	476.095	(14.953)	461.142
Aumento de capital em caixa	103.613	-	103.613
Prejuízo do exercício	-	(61.332)	(61.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	579.708	(76.285)	503.423
Aumento de capital em caixa – 14.1	14.491	-	14.491
Prejuízo do exercício	-	(61.377)	(61.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	594.199	(137.662)	456.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ciranda I Holding 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do Exercício		(61.377)	(61.332)	(61.377)	(61.332)
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa					
Depreciação	10	45.371	40.372	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.142	2.001	2	-
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos		-	-	61.387	49.154
Juros sobre Debêntures	13	35.790	47.777	-	10.547
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	10	425	390	-	-
Baixa de imobilizado		3	179	-	-
Provisão de receita	6	(268)	(578)	-	-
Resultado do exercício Ajustado		22.086	28.809	12	(1.631)
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		348	359	-	-
Impostos a recuperar		-	(4)	(1)	(1)
Contas a receber com partes relacionadas		558	13.336	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(572)	(483)	-	(15)
Contas a pagar com partes relacionadas		1.639	(21)	-	(21)
Outros tributos a recolher		527	(206)	1	(1)
Outros ativos e passivos		10	(2.497)	-	73
Caixa gerado pelas atividades operacionais		24.596	39.293	12	(1.596)
Pagamento de juros de debêntures	13	(22.730)	(40.470)	-	(17.848)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.066)	(3.751)	(1)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações		(1.200)	(4.928)	11	(19.444)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aportes de capital em controladas	9	14.491	-	(14.516)	-
Aquisição/Baixa de imobilizado		(11)	(85)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		14.480	(85)	(14.516)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aporte de capital de acionistas	14	-	103.613	14.491	103.613
Pagamento de principal de debêntures	13	(16.399)	(194.772)	-	(183.038)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(16.399)	(91.159)	14.491	(79.425)
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquido		(3.119)	(96.172)	(14)	(98.869)
No início do exercício		10.704	106.876	190	99.059
No fim do exercício		7.585	10.704	176	190
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquido		(3.119)	(96.172)	(14)	(98.869)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ciranda I Holding 2 S.A. individualmente “Companhia” é uma Holding constituída, em 03 de fevereiro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º andar sala 52 – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias conjuntamente referidas como “Companhia e suas controladas”, “Companhia” ou simplesmente “Ciranda I Holding 2”. A Ciranda I Holding 2 é composta pela Companhia e por suas investidas diretas e indiretas, sendo uma sub-holding e 03 (três) Companhias operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica, especificamente energia solar.

Ciranda I Holding S.A. – tem por atividade fim a participação em outras sociedades. A sociedade está localizada na cidade de São Paulo no estado de São Paulo.

SPEs – referem-se a 03 (três) Companhias operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., Ciranda 2 Energias Renováveis S.A. e Ciranda 3 Energias Renováveis S.A., todas sediadas em São José do Belmonte no estado do Pernambuco.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, as Controladas indiretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi outorgada em 18 de agosto de 2020:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Energia Instalada (MW médios)	Capacidade de
Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.	9007	07/07/2020	35 anos		49,5
Ciranda 2 Energias Renováveis S.A.	9008	07/07/2020	35 anos		49,5
Ciranda 3 Energias Renováveis S.A.	9009	07/07/2020	35 anos		49,5

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas indiretas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	13,58	121,03	IPCA	01/01/2022 a 31/12/2037	Janeiro
Ciranda 2 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	13,58	121,03	IPCA	01/01/2022 a 31/12/2037	Janeiro
Ciranda 3 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	13,58	121,03	IPCA	01/01/2022 a 31/12/2037	Janeiro

2 Relação de Entidades Controladas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía controle direto e indireto de 04 (quatro) Companhias, Veja abaixo a lista das controladas diretas e indiretas do grupo:

	Participação	2025	2024
Ciranda 1 Holding S.A.(a)	Direta	100%	100%
Ciranda 1 Energias Renováveis S.A. (b)	Indireta	100%	100%
Ciranda 2 Energias Renováveis S.A. (b)	Indireta	100%	100%
Ciranda 3 Energias Renováveis S.A. (b)	Indireta	100%	100%

- (a) Holding com objetivo de participar em outras sociedades.
- (b) Trata-se de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) com o objetivo único de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

3 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de debêntures conforme prazos divulgados na nota explicativa nº 13.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 37.555 (R\$ 7.612 em 2024) e as individuais o capital circulante líquido positivo de R\$ 201 (R\$ 216 em 2024). Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$ 61.377 em 2025 (R\$ 61.332 em 2024) em suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. O plano de financiamento do Grupo continua válido com aprovação pela Administração sendo, (i) Captação de debêntures, (ii) captação de financiamento de longo prazo com instituições financeiras e, (iii) recursos referentes a venda de outros projetos que a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ou “FIP” possui, que conforme contrato vinculado entre as entidades, estes valores serão direcionados para pagamento das demais dívidas de curto prazo.

A Administração elaborou planos para suportar a posição de liquidez da Companhia. Nesse contexto, o plano de financiamento vigente contempla recursos provenientes da venda de outros projetos em nível Latam pertencentes à mesma estrutura societária da Companhia. Os recursos provenientes dessas transações serão direcionados para suprir as necessidades de caixa, as quais deverão contribuir para o fortalecimento da sua posição de liquidez.

Adicionalmente, a Administração vem conduzindo iniciativas com o objetivo de melhorar a estrutura de capital de giro da Companhia, incluindo: (i) atuação por meio das associações setoriais (ABSOLAR e ABEEólica), está tratando com o Ministério de Minas e Energia o ressarcimento do *curtailment*, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025, visando aprimorar as condições de cálculo e metodologia de ressarcimento aplicáveis tanto a períodos passados quanto futuros; (ii) renegociação de contratos vigentes; e (iii) implementação de melhorias operacionais contínuas na usina.

Com base nas projeções de fluxo de caixa operacional e considerando o compromisso de sua controladora em prover suporte financeiro e adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade das operações da Companhia, a Administração concluiu que existem recursos suficientes para a manutenção das atividades operacionais no curso normal dos negócios.

3.2 Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 19 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado).

Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

Nota 10 e 3.10 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os

ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.4 Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações individuais e consolidadas estão descritas a seguir.

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante os exercícios abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.5 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho e ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação.

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.6 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.8 Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

3.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

(iv) Depreciação

O Grupo considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Central Solar	25 anos
Central Solar desmontagem	33 anos
Instalações	15-25 anos

3.10 Provisão de desmobilização

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

3.11 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Quebra de cláusulas contratuais;

Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e com base nos resultados nenhuma provisão foi reconhecida.

3.12 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.13 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.14 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.15 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como segue:

Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Compensação

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.16 Cortes de geração (Curtailment)

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita da Companhia e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Em 2025 e 2024, imposto de renda e a contribuição social do exercício na Controladora são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Nas SPEs em 2025 o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras. Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração da Companhia vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

a estrutura de custos e formação de preços;

a apuração e recuperação de créditos tributários;

a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e

os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

A Companhia continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	-	4.386	-	-
Aplicações financeiras	7.585	6.318	176	190
	7.585	10.704	176	190

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Clientes nacionais a faturar (*)	5.796	5.528	-	-
Contas a receber - Energia	-	333	-	-
Clientes nacionais	-	15	-	-
	5.796	5.876	-	-

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses subsequentes a provisão é estornada e o faturamento mensal (nota fiscal) é emitido.

7 Operações com partes relacionadas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Ciranda 6 Energias Renováveis S.A.	-	558	-	-
	<u>-</u>	<u>558</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo				
Canadian Solar Brasil Serviços de Operação e Manutenção de Usinas Solares Ltda.	1.639	-	-	-
	<u>1.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

7.1 Pessoal – chave da Administração

O Grupo optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração do Grupo é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares LTDA.

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8 Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Outras contas a receber (*)	1.605	3.248	-	-
Crédito de devolução de peças (**)	1.636	-	-	-
Pagamentos antecipados	441	444	-	-
	<u>3.682</u>	<u>3.692</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante	441	444	-	-
Não circulante	3.241	3.248	-	-

(*) Valor referente a saldo a receber da operação de despacho aduaneiro relacionado a construção do parque fotovoltaico.

(**) Devolução ao fornecedor de módulos fotovoltaicos com defeito de fabricação, gerando crédito com o respectivo fornecedor.

9 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2025	2024
Investimento por equivalência patrimonial	<u>456.335</u>	<u>503.207</u>
	<u>456.335</u>	<u>503.207</u>

9.1 Informações financeiras resumidas de controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em 31 de dezembro de 2025

Controlada	Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Ciranda I Holding S.A.	Direta 100%	184.694	755.002	51.307	262.054	456.335	(61.383)

Em 31 de dezembro de 2024

Controlada	Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Ciranda I Holding S.A.	Direta 100%	17.997	800.816	25.126	290.480	503.207	(49.154)

9.2 Movimentação do Investimento

	Saldo final 2025	Aportes	Equivalência Patrimonial	Outros movimentos	Saldo final 2025
Ciranda I Holding S.A.	<u>503.207</u>	<u>14.511</u>	<u>(61.383)</u>	<u>-</u>	<u>456.335</u>
	<u>503.207</u>	<u>14.511</u>	<u>(61.383)</u>	<u>-</u>	<u>456.335</u>
	Saldo inicial 2024	Aportes	Equivalência Patrimonial	Outros movimentos	Saldo final 2024
Ciranda I Holding S.A.	<u>513.237</u>	<u>39.197</u>	<u>(49.154)</u>	<u>(73)</u>	<u>503.207</u>
	<u>513.237</u>	<u>39.197</u>	<u>(49.154)</u>	<u>(73)</u>	<u>503.207</u>

10 Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imobilizado em serviço	<u>751.761</u>	<u>797.124</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>751.761</u>	<u>797.124</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O Grupo avaliou que até 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam indicativos de perda de

valor recuperável de seu imobilizado em serviço.

10.1 Movimentação do Imobilizado consolidado

Custo	Central Solar	Central Solar Desmontagem	Instalações	Total
Em 31 de dezembro de 2023	<u>824.388</u>	<u>3.835</u>	<u>9.367</u>	<u>837.590</u>
Adições	85	-	-	85
Transferências	<u>(179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(179)</u>
Depreciação acumulada	<u>(40.250)</u>	<u>(122)</u>	<u>-</u>	<u>(40.372)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>783.959</u>	<u>3.713</u>	<u>9.367</u>	<u>797.124</u>
Depreciação acumulada	<u>(44.893)</u>	<u>(137)</u>	<u>(333)</u>	<u>(45.363)</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>738.733</u>	<u>3.592</u>	<u>9.034</u>	<u>751.761</u>
Taxa média de depreciação anual	4%	3%	4%-6,67%	

10.2 Provisão para desmontagem

Em 2025 foi registrada uma provisão para desmontagem do ativo que se encontra em operação no valor de R\$ 3.713 com vida útil de 32 anos. A contrapartida desta provisão foi reconhecida no passivo no valor de R\$ 4.425.

Provisão desmontagem	Ativo	Passivo
Saldo final em 2024	<u>3.713</u>	<u>4.425</u>
Adições	-	425
(-) Depreciação	<u>(137)</u>	<u>-</u>
Saldo final em 2025	<u><u>3.576</u></u>	<u><u>4.850</u></u>

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços (*)	9.110	9.609	-	-
Fornecedores internacionais	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>9.110</u></u>	<u><u>9.682</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

(*) Os saldos de materiais e serviços a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a atividade de operação e geração de energia dos parques fotovoltaicos.

12 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Parcelamentos de IRPJ e CSLL a recolher	50	1.033	-	-
IRPJ a recolher	198	365	1	-
CSLL a recolher	341	207	-	-
	589	1.605	1	-

12.1 Despesa com Imposto de renda e Contribuição social

Resultado	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	(1.378)	(1.280)	(1)	-
Contribuição social	(765)	(721)	(1)	-
	(2.143)	(2.001)	(2)	-

O regime tributário da Controlada em 31 de dezembro de 2025 é o lucro presumido, calculado de forma consolidado, conforme o demonstrativo a seguir:

	2025	
	IRPJ	CSLL
Receita Operacional Bruta	67.299	67.299
Presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	5.384	8.076
Outras Receitas	157	157
	5.541	8.233
IRPJ 15% e CSLL 9%	(831)	(743)
Adicional de IRPJ de 10%	(539)	-
Outros adicionais	(8)	(22)
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(1.378)	(765)
Alíquota efetiva	25%	9%

O regime tributário das Controladas em 31 de dezembro de 2024 é o Lucro Presumido, calculado de forma consolidado, conforme o demonstrativo a seguir:

	2024	
	IRPJ	CSLL
Receita Operacional Bruta	68.467	68.467
Presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	5.218	7.827
Outras Receitas	48	48
	5.266	7.875
IRPJ 15% e CSLL 9%	(790)	(709)
Adicional de IRPJ de 10%	(503)	-
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(1.292)	(709)
Alíquota efetiva	25%	9%
Reconciliação do IRPJ e CSLL	IRPJ	CSLL
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(1.292)	(709)

13 Debêntures

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Debêntures	295.066	298.405	-	-
	295.066	298.405	-	-
Circulante	39.098	13.493	-	-
Não circulante	255.968	284.912	-	-

13.1 Movimentação e composição das debêntures consolidado

Em 2025:

	Saldo final 2024	Juros	(-) Custo de debêntures	Pagamento de Juros	Pagamento do principal	Saldo final 2025
Ciranda I Holding S.A.	298.405	35.790	(94)	(22.636)	(16.399)	295.066
	298.405	35.790	(94)	(22.636)	(16.399)	295.066

Em 2024:

	Saldo final 2023	Emissão	Juros	(-) Custo de debêntures	Pagamento de Juros	Pagamento do principal	Saldo final 2024
Ciranda I Holding 2 S.A.	190.339	-	10.547	-	(17.848)	(183.038)	-
Ciranda I Holding S.A.	295.531	-	37.230	(52)	(22.622)	(11.682)	298.405
	485.870	-	47.777	(52)	(40.470)	(194.720)	298.405

13.2 Cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	17.100
2027	18.924	18.924
2028	15.504	15.504
2029	13.110	13.110
2030 a diante	208.430	220.274
	255.968	284.912

13.3 Informações contratuais

Emissão	Valor	Eventos de pagamentos	Remuneração	Emissão e vencimento	Saldo em 2024
		Juros - cada trimestre a partir de 30/03/2022 e amortização em única parcela em 23/12/2023			
Vórtx Distribuidora		aditamento de 50% em			
Ciranda I Holding 2 S.A. - 1ª emissão	190.568	30/12/2023 e 30/12/2024	CDI + 5,00 %	11/03/2022 a 30/12/2023	187.651

(i) **Covenants**

As debêntures são simples, não conversíveis em ações. O contrato da 1ª emissão de debêntures do Grupo, não possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado. A cláusula financeira corresponde ao não atingimento, pela Canadian Solar Inc., do índice financeiro correspondente à relação entre EBITDA consolidado e despesa com juros ajustado maior ou igual a 2,50. Este índice é medido quando da emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Canadian Solar Inc., previstas para o primeiro semestre de cada ano.

(ii) **Garantias**

As debêntures têm como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado por 594.198.571 ações (579.707.751 em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

2025			
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	594.199	594.199	100%
	594.199	594.199	100%
2024			
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	579.708	579.708	100%
	579.708	579.708	100%

Em 31 de dezembro de 2025 os valores de aportes estavam demonstrados no Capital Social conforme segue:

Data do aporte	Descrição	Quantidade de ações	Valor
10/07/2025	Aporte de capital	3.730	3.730
10/10/2025	Aporte de capital	1.600	1.600
27/10/2025	Aporte de capital	3.437	3.437
07/11/2025	Aporte de capital	5.724	5.724
Total em 31 de dezembro de 2025		14.491	14.491
18/01/2024	Aporte de capital	1.511	1.511
06/03/2024	Aporte de capital	282	282
21/03/2024	Aporte de capital	3.600	3.600
21/05/2024	Aporte de capital	1.723	1.723
28/06/2024	Aporte de capital	2.000	2.000
28/06/2024	Aporte de capital	1500	1.500
25/09/2024	Aporte de capital	92.997	92.997
Total em 31 de dezembro de 2024		103.613	103.613

15 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receita de venda de energia	67.299	68.467	-	-
Impostos incidentes sobre vendas (*)	(2.466)	(3.243)	-	-
	64.833	65.224	-	-

(*) Regime cumulativo sendo PIS (0,65%) e COFINS (3%).

16 Custo dos serviços

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação	(45.371)	(41.625)	-	-
Encargos do uso da rede elétrica	(11.655)	(11.092)	-	-
Compra de Energia Elétrica	(14.438)	(7.158)	-	-
Serviços de terceiros	(5.225)	(3.465)	-	-
Operação e manutenção	(2.520)	(3.352)	-	-
Serviços de segurança	(607)	(486)	-	-
Seguros	-	(2.889)	-	-
Outros	-	(6)	-	-
	(79.816)	(70.073)	-	-

17 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros	(1.563)	(1.333)	(3)	(129)
Tributárias	(47)	-	-	-
Manutenção	(197)	(224)	-	(1)
Viagens e estadias	(38)	(165)	-	-
Despesas indedutíveis	-	116	-	2
Outras despesas	(117)	(58)	-	-
	(1.962)	(1.664)	(3)	(128)

18 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	185	139	15	27
Atualização monetária	-	15	-	-
Ressarcimento de venda de energia	-	71	-	-
Ressarcimento de fornecedores	-	302	-	-
Outros	(2)	166	(1)	-
	183	693	14	27
Despesas financeiras				
Juros de debêntures	(22.609)	(35.822)	-	(12.034)
Atualização monetária	(13.018)	(13.580)	-	(2)
Multas e juros	(361)	(293)	-	-
Despesas bancárias	(339)	(418)	(3)	(18)
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	(425)	(390)	-	-
Comissão financeira	(5.582)	(2.450)	-	-
Outros	(138)	(558)	-	(23)
	(42.472)	(53.511)	(3)	(12.077)
Resultado financeiro líquido	<u>(42.289)</u>	<u>(52.818)</u>	<u>11</u>	<u>(12.050)</u>

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa do Grupo bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa do Grupo são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

O grupo não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros (consolidado)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As contas a receber e a pagar de partes relacionadas, fornecedores e debêntures, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
	Nota	Valor justo		Valor justo	
Ativos financeiros					
Valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.585	10.704	176	190
Custo amortizado					
Contas a receber com partes relacionadas	7	-	558	-	-
Total		7.585	11.262	176	190
		Consolidado		Controladora	
		Valor justo		Valor justo	
		Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Passivos financeiros					
		Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Custo amortizado					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	9.110	9.682	-	-
Debêntures	14	295.066	298.405	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		1.639	-	-	-
Total		305.815	308.087	-	-

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
	Nota	Valor contábil		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.585	10.704	176	190
Custo amortizado					
Contas a receber com partes relacionadas	7	-	558	-	-
Total		7.585	11.262	176	190
		Consolidado		Controladora	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Passivos financeiros					
		Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Custo amortizado					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	9.110	9.682	-	-
Debêntures	14	295.066	298.405	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		1.639	-	-	-
Total		305.815	308.087	-	-

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

- (i) Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e contas a pagar com partes relacionadas circulantes são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos; e

(ii) Os valores contábeis de debêntures não circulantes são mensurados ao custo amortizado e divulgados pelo valor justo, que não difere materialmente dos valores contábeis, uma vez que as taxas de juros acordadas são consistentes com as taxas de mercado atuais. O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

O Grupo não está exposto a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o dólar (USD), as compras em moeda estrangeira referem-se a compra de equipamentos módulos fotovoltaicos com empresa (partes relacionadas) na china.

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

31 de dezembro de 2025

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2025	2026	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90 %	12,13%	-12,13%	-15,16%	-18,20%
Risco de redução do Ativo e Passivo		2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras		7.585	(920)	(1.150)	(1.380)

31 de dezembro de 2024

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77 %	14,83%	-14,83%	-18,54%	-22,25%
Risco de redução do Ativo e Passivo		2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras		6.318	(937)	(1.171)	(1.405)

31 de dezembro de 2025

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2025	2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas, juros e índices - IPCA (*)	4,30%	3,80%	3,80%	4,75%	5,70%
Risco de redução do Ativo e Passivo	31/12/2025	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Debêntures		295.066	11.213	14.016	16.819

31 de dezembro de 2024

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas, juros e índices - IPCA (*)	4,80%	5,60%	5,60%	7,00%	8,40%
Risco de redução do Ativo e Passivo	31/12/2025	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Debêntures		298.405	16.711	20.888	25.066

- (a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.
(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - fonte - Bradesco Longo Prazo.

c. Risco de crédito

É o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Nota					
Ativos financeiros		Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.585	10.704	176	190
Contas a receber	6	5.796	5.876	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	7	-	558	-	-
Total		13.381	17.138	176	190

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2025					
Consolidado					
Fluxo de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	1-2 anos
Fornecedores	9.110	9.110	9.110	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	1.641	1.641	-	1.641	-
Debêntures	295.006	295.006	-	39.098	255.968
	305.757	305.757	9.110	40.739	255.968

31 de dezembro de 2024					
Consolidado					
Fluxo de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	1-2 anos
Fornecedores	9.682	9.682	9.682	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Debêntures	298.405	298.405	-	13.493	284.912
	308.087	308.087	9.682	13.493	284.912

20 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

20.1 Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2024 as operações que não afetaram caixa nas operações do Grupo estão demonstradas a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	2024
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Aumento de capital nas investidas com o valor do AFAC de anos anteriores	81.482
Aumento de capital com o valor do AFAC de anos anteriores	39.197

21 Provisão para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

22 Eventos subsequentes

Não ocorreram operações na Companhia que requerem divulgação em eventos subsequentes.